



O PESSOAL É POLÍTICO: A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM SOBRE FEMINISMOS EM GRUPOS DE EDUCAÇÃO SEXUAL

Marcela Pastana

UNESP – Universidade Estadual Paulista – Pós-graduação em Educação Escolar-
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

IMES-SM- Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel

Ana Cláudia Bortolozzi Maia

UNESP – Universidade Estadual Paulista. Departamento de Psicologia.

Programa de Pós-graduação em Educação Escolar- Faculdade de Ciências e Letras
de Araraquara

Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem-
Faculdade de Ciências de Bauru

Realização:



Apoio:

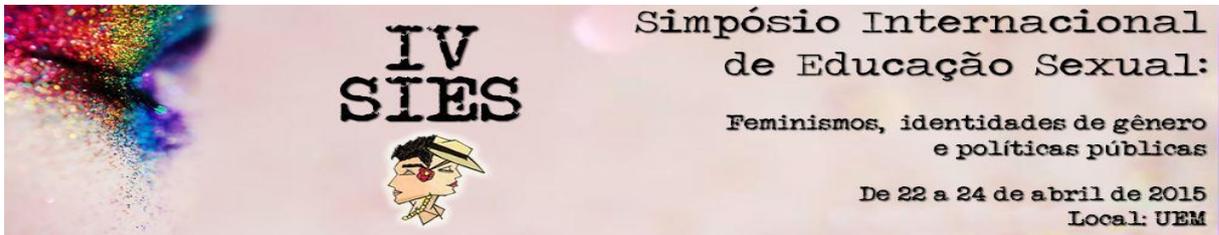


DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



Patrocínio:





O PESSOAL É POLÍTICO: A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM SOBRE FEMINISMOS EM GRUPOS DE EDUCAÇÃO SEXUAL

RESUMO

A educação sexual tem sido discutida por diferentes pesquisadoras(es) que defendem a importância da abordagem sobre a sexualidade em seus múltiplos aspectos- subjetivos, biológicos, sociais, culturais, históricos e políticos, a partir da transmissão de informações, da promoção do diálogo e da reflexão. Este estudo documental de abordagem qualitativa teve como objetivo analisar como temas como sexualidade, gênero e violência estão presentes nas discussões dos feminismos, considerando a importância da abordagem sobre as mobilizações, conquistas e construções teóricas feministas em grupos de educação sexual. A análise foi organizada a partir dos eixos temáticos: 1) Histórico das mobilizações feministas; 2) A emergência do conceito de gênero; 3) Feminismos, sexualidade e prazer; 4) Feminismos e enfrentamento à violência sexual e de gênero. Considera-se a influência dos feminismos na compreensão da sexualidade como vinculada ao campo dos direitos humanos, à busca por igualdade e pelo enfrentamento às diversas formas de violências e preconceitos, assim como a valorização de que as experiências no campo da sexualidade sejam relacionadas à autonomia e à busca por prazer. Conclui-se que a abordagem sobre os feminismos em grupos de educação sexual pode contribuir para uma compreensão mais abrangente, reflexiva e crítica sobre a sexualidade e as relações de gênero.

Palavras-chave: Feminismos; sexualidade; gênero; educação sexual.

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade é um conceito amplo, que abrange como as pessoas experienciam e significam seus corpos, prazeres, afetos, relacionamentos, fantasias e desejos. O processo de aprendizado sobre a sexualidade, também chamado de educação sexual, se dá de forma contínua, desde a infância, e é atravessado pelas concepções, valores e padrões presentes em cada contexto social e histórico. Diferentes instâncias participam na educação sexual, nas diversas relações em que cada um(a) está inserido(a): a família, a escola, as instituições religiosas, os meios de comunicação. É preciso considerar como, em nossa cultura, o processo de educação sexual está relacionado a uma série de tabus, censuras e silenciamentos, sem que seja promovida a possibilidade para que cada sujeito estabeleça uma

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





relação consciente e reflexiva sobre como vive e compreende a sexualidade (MAIA, 2010).

Os grupos de educação sexual são intervenções educativas desenvolvidas de forma intencional e planejada, com o objetivo de promover o diálogo aberto, a transmissão de informações e o esclarecimento de dúvidas sobre os múltiplos temas referentes à sexualidade. Os grupos podem ser direcionados a diferentes populações e acontecerem em diferentes contextos, dentre eles, o contexto escolar. A escola é considerada um espaço privilegiado por ser onde crianças e adolescentes vivem diferentes experiências de aprendizado, tanto nas aulas e estudos sobre diversos conteúdos, quanto nos momentos de socialização e construção de vínculos. Assim, romper o silenciamento predominante sobre a sexualidade, abordando-a em seus aspectos biológicos, subjetivos, sociais, culturais e históricos, revela-se como uma oportunidade importante para que os(as) alunos(as) ampliem seus conhecimentos, reflitam sobre a própria história de educação sexual e possam pensar criticamente sobre como a sexualidade é significada em nossa sociedade, o que envolve o reconhecimento e a problematização das diferentes formas de preconceitos, desigualdades, violências, assim como da necessidade de combatê-los (MAIA; 2010; PASTANA, 2014).

A importância da abordagem educativa sobre a sexualidade nas escolas está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), como é possível identificar no trecho a seguir:

Se a escola que se deseja deve ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver prazer pelo conhecimento, é necessário que ela reconheça que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar, que integra as diversas dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto. (...) A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade. (...) Ressalta-se a importância de se abordar a sexualidade da criança e do adolescente não somente no que tange aos aspectos biológicos, mas também e principalmente aos aspectos culturais, políticos, econômicos e psíquicos dessa sexualidade (BRASIL, 1997, p. 77; 83; 87).

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Partindo da compreensão da importância de abordar os aspectos culturais, políticos, econômicos e psíquicos da sexualidade, em um espaço de discussão em que os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes presentes na sociedade possam ser refletidos, assim como do reconhecimento da sexualidade como relacionada à saúde e ao prazer, buscaremos, neste trabalho, analisar algumas das contribuições das teorizações e mobilizações feministas que influenciaram o modo como significamos hoje a sexualidade, apontando possibilidades de inserção da discussão sobre os feminismos em grupos de educação sexual. Dentre essas contribuições, abordaremos as discussões sobre as relações de gênero e a sobre a busca por igualdade de direitos, questões que são também levantadas como fundamentais nos objetivos apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

A discussão sobre as relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. (...) As diferenças não devem ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um, apontando para a equidade entre os gêneros (BRASIL, 1997, p. 99).

A análise será organizada a partir de quatro eixos temáticos: 1) Breve histórico das mobilizações feministas; 2) A emergência do conceito de gênero; 3) Feminismos, sexualidade e prazer e 4) Feminismos e enfrentamento à violência sexual e de gênero.

OBJETIVO

Analisar os temas sexualidade, gênero e violência presentes em discussões feministas, isto é, identificar, a partir da revisão da literatura, como a inserção da discussão sobre as mobilizações, conquistas e teorizações feministas pode contribuir no desenvolvimento de grupos de educação sexual.

MÉTODO

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Trata-se de um estudo documental, de natureza qualitativa, realizado a partir de livros e artigos sobre sexualidade, gênero e violência publicados por autoras e autores do campo dos Estudos Feministas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Breve histórico das mobilizações feministas

O enfrentamento às desigualdades entre homens e mulheres pode ser identificado em diferentes ações que aconteceram em diversos momentos da história. A maior visibilidade e expressividade deste enfrentamento relaciona-se à consolidação do feminismo como movimento social organizado, em um processo que ocorreu, principalmente, na passagem do século XIX para o século XX. No início, em um momento que foi chamado posteriormente de “primeira onda”, as reivindicações e mobilizações centravam-se, predominantemente, na luta pelo direito das mulheres ao voto, luta que expandiu-se por vários países ocidentais. Nas décadas de 1960 e 1970, intensificam-se as discussões e problematizações referentes aos diversos elementos presentes nas desigualdades entre os gêneros, abrangendo questões sociais, políticas e também aquelas que, anteriormente, haviam sido relegadas ao campo do privado: relações familiares, sexualidade, corpo, prazer, intimidade. Nos debates, análises e construções teóricas feministas, intensificou-se a busca por evidenciar como a discriminação e a violência permeava experiências subestimadas e invisibilizadas pelos discursos vigentes, já que as questões privadas e subjetivas eram consideradas menores, sem importância. Ganha força, assim, o lema: “O Pessoal é Político!”, noção que tem atravessado grande parte das problematizações e busca por transformações desde então (LOURO, 2003; MEYER, 2004; MOTTIER, 2008; RAGO, 2013).

A publicação do livro “O Segundo Sexo”, por Simone de Beauvoir, em 1949, foi um importante marco para impulsionar o processo de questionamento da invisibilidade ao qual às mulheres foram historicamente submetidas. A autora debruçou-se em analisar e problematizar, desde o próprio título, a ideia de que ser

Realização:



Apoio:



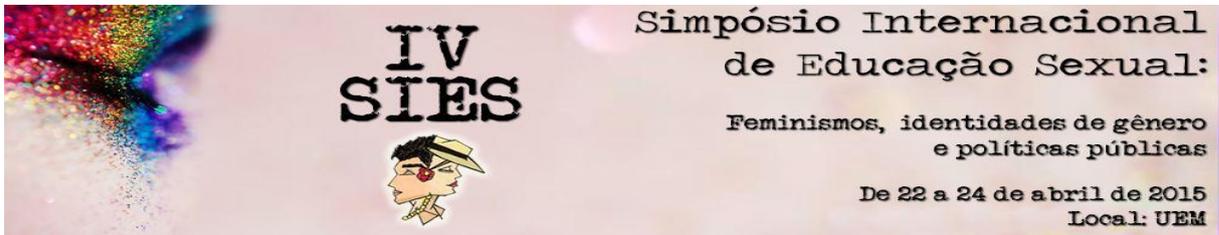
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



mulher referia-se a uma posição social secundária em relação à cristalizada concepção do masculino como sujeito universal. “O Segundo Sexo” trouxe abrangentes contribuições para a compreensão da feminilidade enquanto construção, como evidencia a afirmação: “Ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher”, que até os dias de hoje inspira muitas análises. Simone de Beauvoir teve grande influência para que o movimento feminista, lado a lado com a reivindicação de direitos, passasse a incorporar em suas discussões a investigação e a crítica sobre o processo de construção social, cultural, histórico, político e também científico das desigualdades entre homens e mulheres.

A divisão questionada por Beauvoir que atribuía ao masculino a esfera pública, do trabalho e da política, e ao feminino a esfera privada, da domesticidade, da afetividade e dos cuidados com as crianças e com a família, foi desestabilizada temporariamente no decorrer das guerras, em que, por um número alto de homens estarem servindo ao exército, foi intensamente estimulada a participação das mulheres em empregos que até então eram vistos como unicamente masculinos. No período pós-guerra, entretanto, foram muitos os investimentos para restaurar essa divisão, eram muitos os discursos que alimentavam a idealização da família nuclear e do casamento, da domesticidade e da reprodução como campos “naturais” de realização feminina. Foi a partir da análise crítica desse contexto em que a domesticidade, o casamento e a maternidade eram idealizados como fontes de realização por serem relacionados à “essência” da feminilidade, que a feminista Betty Friedan publicou “A Mística Feminina”, em 1963, contestando essas idealizações e afirmando que o modelo do “paraíso doméstico” correspondia, na verdade, a esforços para limitar o acesso feminino às possibilidades da cultura, da política, do trabalho remunerado e do espaço público de uma forma geral. A insatisfação e a infelicidade, embora constantes nas experiências femininas, não eram reconhecidas como legítimas, o que fazia com que muitas mulheres se enxergassem como impotentes e incapazes de mudar as condições em que viviam, culminando em um número cada vez mais alto do que Friedan (1971, p. 22) chamou de “o problema sem nome”.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





A compreensão da feminilidade como construída foi de grande importância para as mobilizações feministas, que passaram a reivindicar a ampliação de possibilidades profissionais, econômicas, sociais, afetivas e sexuais. A luta contra a opressão e contra a submissão foi a pauta central para a criação do movimento “Womens’ Liberation”, em 1964, nos Estados Unidos. Essa luta também foi intensa no contexto brasileiro, como afirma Margareth Rago (2013):

O Brasil se tornou conhecido, dentre outras dimensões, por possuir um dos movimentos feministas mais importantes da atualidade. Desde os anos 1970, em meio à violenta ditadura militar que se estabeleceu no país entre 1964 e 1985, muitas mulheres se uniram e passaram progressivamente a criar novos modos de existir, ocupando os espaços públicos, desenvolvendo novas formas de sociabilidade, reivindicando direitos e transformando a vida social, política e cultural (...) (RAGO, 2013, p. 35).

A partir do breve histórico apresentado, buscamos apontar algumas das influências para a compreensão de que as desigualdades entre homens e mulheres não são naturais, frutos de uma essência, mas sim, construções relacionadas a fatores sociais, culturais, históricos e políticos, que, portanto, podem ser debatidas, questionadas e transformadas. Essa compreensão que fortaleceu-se no decorrer da chamada “segunda onda” do feminismo é relacionada à emergência do conceito de gênero, como abordaremos no tópico a seguir.

2. A emergência do conceito de gênero

A noção de que os seres humanos seriam divididos em dois sexos biológicos-masculino, para aqueles que nascem com pênis e feminino, para aquelas que nascem com vagina, foi e muitas vezes é usada para sustentar que homens e mulheres seriam naturalmente, necessariamente e inevitavelmente diferentes. Tal forma de representar as diferenças, acaba, em determinados momentos, por naturalizar desigualdades e violências, como, por exemplo, na noção de que os homens seriam “naturalmente” agressivos e as mulheres “naturalmente” submissas. Foi a partir da busca por opor-se à utilização da noção de “sexo biológico” como

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





legitimadora de desigualdades que o conceito de **gênero** como uma categoria de análise histórica e política passou a ser utilizado nas construções teóricas feministas (LOURO, 2003; MEYER, 2004).

“O gênero é (...) um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”, afirma Joan Scott (1994), no artigo que tornou-se uma importante referência para os estudos de gênero desde a sua primeira publicação, em 1989: “Gênero: Uma categoria útil para análise histórica”. No artigo a autora descreve como os objetivos iniciais do uso do conceito entre historiadoras(es) foi ressaltar o caráter fundamentalmente social das diferenças entre homens e mulheres, assim como destacar o aspecto relacional da masculinidade e feminilidade.

Meyer (2004) apresenta o percurso histórico sobre como, a partir do uso do conceito de gênero no pensamento feminista, intensificou-se o processo de contestação de que as características anatômicas e fisiológicas determinam o que as pessoas são e podem ser. Com o conceito de gênero as feminilidades e masculinidades passam a ser pensadas no plural, considerando a imensa multiplicidade de manifestações e experiências possíveis.

3. Feminismos, sexualidade e prazer

Para pensarmos sobre a importância da abordagem sobre feminismos em grupos de educação sexual, é um movimento fértil reconhecermos a influência das mobilizações feministas na compreensão sobre a sexualidade e sobre o prazer, sobretudo a partir da noção, apresentada no primeiro tópico, de que as experiências privadas não são menores, sem relevância, mas sim, que “O Pessoal é Político”.

A politização da sexualidade foi um elemento central para o feminismo de segunda onda, com o debate e a busca por transformações em múltiplos aspectos, como aborda Veronique Mottier (2008):

Within the context of this politicization of the ‘private’, sexuality was intensely discussed and problematized. It was central to an important part of feminist theory and activism since the 1970s, including issues

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



such as the right to sexual pleasure, the right to say 'no' and debates around contraception, abortion, rape, sexual abuse, pornography, prostitution, and sexual harassment; most of the issues that mainstream politics had conventionally defined as part of the 'private' sphere of the family and the individual citizen (MOTTIER, 2008, p. 60)¹.

O movimento de dar visibilidade a elementos que antes eram relegados à desvalorização foi também abordado por Margareth Rago (2003, s/p):

Os feminismos, seja enquanto modo de pensamento, seja enquanto conjunto de práticas políticas, sociais e sexuais, tem contribuído enormemente para a crítica cultural contemporânea. Para além da desconstrução de configurações ideológicas, conceituais, políticas, sociais e sexuais que organizam nosso mundo, os feminismos deram visibilidade às formas perversas da exclusão que operam no mundo público. Ao mesmo tempo, propuseram formas alternativas de organização social e sexual fundamentais para a construção de relações mais igualitárias não apenas entre os gêneros, já que se trata fundamentalmente da construção de um novo conceito de cidadania, num campo em constante mutação (RAGO, 2003, s/p).

Em relação aos avanços no campo da sexualidade, Carole Vance (1984) aborda sobre as discussões feministas acerca da importância da autonomia feminina, da liberdade e do direito das mulheres de buscarem o prazer. A autora descreve diferentes momentos nos debates feministas nos quais a preocupação com o enfrentamento à violência se deu lado a lado com a busca por não reforçar uma concepção do sexo como “naturalmente” negativo e perigoso para as mulheres. Sobre qualquer concepção que culmine em uma ideia de “naturalidade”, Vance (1984, p. 444) acentua: “Feminist work on sexuality starts from the premise that sex is a social construction which articulates at many points with the economic, social

¹ Tradução livre: “No contexto desta politização do ‘privado’, a sexualidade foi intensamente discutida e problematizada. Era central para uma parte importante da teoria e do ativismo feminista desde a década de 70, incluindo questões como o direito ao prazer sexual, o direito de dizer ‘não’ e debates sobre contracepção, aborto, estupro, abuso sexual, pornografia, prostituição e assédio sexual; a maior parte questões que a política hegemônica havia convencionalmente definido como parte da esfera ‘privada’ da família e do(a) cidadão(ã) individual”

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



and political structures of the material world. Sex is not simply a 'natural' fact"². Ao defender a compreensão da sexualidade como ligada ao prazer, à satisfação e à gratificação, a autora ressalta como é necessário reconhecer a complexidade que o tema envolve: "The hallmark of sexuality is its complexity: its multiple meanings, sensations, and connections"³ (VANCE, 1984, p. 5). Pensar a sexualidade em sua complexidade envolve valorizar suas expressões, como a exploração do corpo, a curiosidade, a intimidade, a sensualidade, a excitação, os desejos, as fantasias, a formação de vínculos, a construção de sentidos, as práticas sexuais e também combater os inúmeros mitos, prescrições e generalizações distorcidas que cercam esses elementos.

"A truly radical feature of feminism has been the permission we have given each other to speak"⁴, afirma Paula Webster (1984, p. 385), ao destacar como as mobilizações feministas contribuíram para criar espaços onde experiências que antes eram tidas como privadas e silenciadas passaram a ser ditas em voz alta, compartilhadas e discutidas. Corpo, intimidade, família, maternidade, relacionamentos entre homens e mulheres e entre mulheres, violência doméstica, violência sexual foram assuntos que receberam atenção e passaram a ser considerados não como individuais, mas como coletivos e políticos.

Em síntese, é possível apontar como nas discussões feministas é defendido que, para a construção da compreensão da sexualidade como vinculada ao prazer, é necessário o combate à opressão, que envolve, além do enfrentamento da violência e da coerção, também a busca por transformar o silenciamento e a invisibilização da imensa multiplicidade de modos de desejar e sentir (PASTANA, 2014).

²Tradução nossa: "O trabalho feminista sobre sexualidade começa a partir da premissa que o sexo é uma construção social que articula em muitos pontos com estruturas econômicas, sociais e políticas do mundo material. Sexo não é simplesmente um fato 'natural'" (VANCE, 1984, p. 444).

³ Tradução nossa: "A marca da sexualidade é sua complexidade: seus múltiplos significados, sensações, conexões" (VANCE, 1984a, p. 5).

⁴ Uma característica radical do feminismo tem sido a permissão que nos demos e nos damos umas as outras para falar.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





4) Feminismos e enfrentamento à violência sexual e de gênero

É fundamental pensar em formas de, ao desenvolvermos grupos de educação sexual, termos como referência a busca por problematizar e promover o enfrentamento das diversas formas de discriminações, desigualdades e violências. Nesse sentido, é importante considerarmos como são altos os níveis de violência sexual e de gênero no contexto brasileiro.

Segundo dados do Mapa da Violência, publicado em 2014, uma mulher é assassinada a cada duas horas no país e mais de 80% das mortes são provocadas por parceiros ou ex-parceiros. A Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, na qual a violência contra a mulher é definida e tipificada e são estabelecidas penas e medidas restritivas que visam a proteção contra as diferentes formas de violência sofridas, significa um grande avanço, relacionado às mobilizações feministas, mas ainda são muitos os obstáculos e desafios para que a lei seja cumprida de forma efetiva (RODRIGUES, 2010).

Assassinatos, espancamentos, estupros, insultos, ameaças e diferentes formas de desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos são formas de violência que ocorrem com muita frequência no Brasil e os números das incidências continua a crescer. 43% das mulheres entrevistadas em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em todo o território nacional, relataram já ter sofrido alguma forma de violência física e/ou sexual. Embora os números sejam altos, é necessário considerar como as ocorrências são subnotificadas, já que muitas vezes a denúncia não acontece. Segundo dados do Ministério da Saúde, menos de 10% dos casos chegam as delegacias (SOUZA; ADESSE, 2005). Alguns dos motivos apontados para a dificuldade em denunciar e buscar ajuda são os sentimentos de vergonha, constrangimento e medo das possíveis implicações, sobretudo quando a violência ocorre em meios intrafamiliares (na maior parte das vezes os agressores são conhecidos e próximos da vítima). Há também a questão de como a violência é naturalizada e banalizada, sendo frequente o receio de que a denúncia seja recebida com descrédito pelas instâncias judiciárias e de segurança pública, com o risco de que as pessoas que sofreram violência sejam submetidas a novas formas de

Realização:



Apoio:



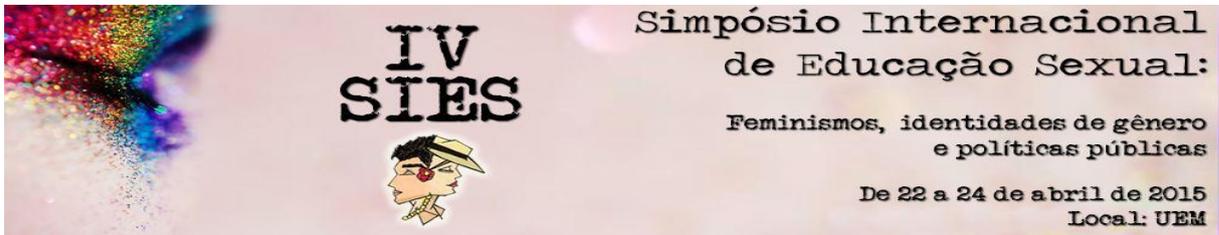
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



violência por não serem reconhecidas com o devido cuidado e seriedade ou mesmo culpabilizadas.

“Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”, “Casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”, “Roupa suja se lava em casa” e “Briga de marido e mulher não se mete a colher” foram afirmações apresentadas em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa em Estatística Aplicada- IPEA, divulgada em março de 2014, que teve como objetivo identificar percepções da população acerca da violência. Foram entrevistadas 3.810 pessoas, e mais da metade dos(as) participantes concordaram totalmente ou parcialmente com estas afirmações, 65% diante da primeira frase, 63% diante da segunda, 89% e 82% diante das duas últimas, que se referem a ditados populares, ou seja, ilustram como a questão da naturalização da violência é difundida popularmente. O título da pesquisa é “*Tolerância Social à Violência Contrás as Mulheres*” e foi possível identificar, a partir dos dados sobre estas afirmações apresentadas, como ainda são muito frequentes concepções que reduzem a questão da violência ao âmbito privado, negligenciando todo o aprendizado social e cultural que naturaliza a submissão feminina e a agressividade masculina, como se o alto índice de violências devesse ser solucionado apenas no contexto da casa e da família, e não com o questionamento e a transformação de concepções e atitudes machistas da sociedade como um todo.

Ao discutir sobre a importância do combate ao machismo, Marina Castañeda (2006) aborda como a divisão dos gêneros em feminino ou masculino implica uma hierarquização, em que o masculino é representado como superior. A autora define o machismo como o conjunto de crenças, atitudes e condutas que partem dessa compreensão excludente e hierarquizante. Uma pretensa “natureza masculina” é usada para justificar características como a agressividade, a possessividade e a relação de dominação e controle em relação às mulheres. A autora ressalta que o combate à violência e ao machismo não se refere a colocar os homens como inimigos, ou mesmo a masculinidade, mas sim, questionar uma certa noção de masculinidade, intrinsecamente relacionada a uma determinada noção de

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



feminilidade que são a base do machismo. O problema é a oposição naturalizada entre masculino e feminino, que prejudica a todas e todos. Ela propõe:

O que podemos fazer? Antes de tudo, é imprescindível compreender os esquemas de gênero que afetam a auto-imagem, as expectativas e os projetos de vida de meninos e meninas, de homens e mulheres. Tais esquemas funcionam como barreiras invisíveis: servem para manter a distância, a incompreensão e, certamente a desigualdade. Para tanto, devemos questionar todos os estereótipos relacionados às possibilidades de uns e de outras. Essa tarefa deve começar com a educação, desde a mais tenra infância (CASTAÑEDA, 2006, p. 265).

Nesse sentido, considerando a importância da educação no combate às desigualdades, à violência e às diferentes formas de violação de direitos, ressaltamos como os grupos de educação sexual, enquanto espaços educativos, podem ser um espaço privilegiado para o diálogo, a conscientização e a busca de uma compreensão mais abrangente e igualitária sobre a relação entre os gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos grupos de educação sexual há a busca por abordar a sexualidade em seus múltiplos aspectos, considerando os fatores sociais, históricos, culturais e políticos. Com a apresentação de um breve histórico sobre os feminismos, sobre a emergência do conceito de gênero, sobre a relação entre sexualidade e prazer e sobre o enfrentamento à violência sexual e de gênero foi possível vincular tais temas aos padrões que são naturalizados em nossa cultura. Além disso, na medida em que tais padrões são desvelados nas análises de publicações feministas como construções sociais, culturais e históricas, pode-se concluir que também podem ser problematizados, questionados e transformados.

A reflexão crítica sobre os processos de naturalização, assim como o reconhecimento de que o pessoal também é político, podem contribuir, assim, para a conscientização sobre como é fundamental o enfrentamento às desigualdades, opressões e violências, favorecendo uma compreensão mais abrangente sobre a

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





sexualidade e as relações entre os gêneros, vinculada à valorização da autonomia e da igualdade de direitos.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual*. Brasília: SEF/MEC, 1997.
- _____. IPEA. “*Tolerância social à violência contra as mulheres*”. Brasília: SIPS, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf. Acesso em: 30/03/14.
- CASTAÑEDA, Marina. *O machismo invisível*. São Paulo: A Girafa, 2006.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Conceito amplo de sexualidade no processo de educação sexual. *Revista Psicopedagogia on line- Educação & Saúde*, 2010.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 57, n. 1, p. 13-18, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019638002>. Acesso em: 18 jul 2013.
- MOTTIER, Véronique. *Sexuality: a very short introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.
- PASTANA, Marcela. *Muito Prazer!?* Discussões sobre sexualidade, gênero e educação sexual a partir da análise de revistas femininas e masculinas. 552f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar), Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





RODRIGUES, Marjorie. *Backlash à brasileira: a construção do feminino em veículos jornalísticos impressos*. 2010. 381 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOUZA, Cecília de Melo; ADESSE, Leila. *Violência sexual no Brasil: Perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

VANCE, Carol. Pleasure and danger: towards a politics of sexuality. Em: VANCE, Carol (Org.) *Pleasure and danger: exploring female sexuality*, Routledge & Kegan Paul, Boston, 1984, pp. 1-27.

WASELFISZ, Julio Jacob. *Mapa da Violência 2014*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://institutoavantebrasil.com.br/topicos/mapa-da-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 05/04/2015.

WEBSTER, Paula. The forbidden: eroticism and taboo. Em: VANCE, Carol (Org.) *Pleasure and danger: exploring female sexuality*, Routledge & Kegan Paul, Boston, 1984, pp. 385-398.

THE PERSONAL IS POLITICAL: THE IMPORTANCE OF THE APPROACH ABOUT FEMINISMS IN SEXUAL EDUCATION GROUPS

ABSTRACT

The sexual education has been discussed by different researchers who defend the importance of the approach about sexuality in its multiple aspects- subjective, biological, social, cultural, historical and political, based on the transmission of information, the promotion of dialogue and reflection. This documental study, in a qualitative approach, aimed to analyze how themes such as sexuality, gender and violence are present on feminist discussions, considering the importance of the approach about the feminist mobilizations, accomplishments and theoretical constructions in sexual education groups. The analysis was organized based on the themes: 1) History of feminist mobilizations; 2) The emergence of the concept of gender; 3) Feminisms, sexuality and pleasure; 4) Feminisms and the fighting against sexual and gender violence. It is considered the influence of feminisms on the comprehension of sexuality as linked to the field of human rights, the search for

Realização:



Apoio:

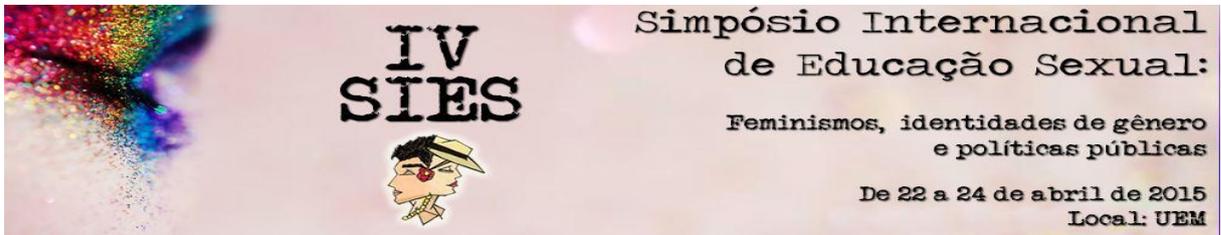


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





equality and the fighting against the diverse ways of violence and prejudice, and also the valorization that the experiences on the field of sexuality are related to autonomy and search for pleasure. It is concluded that the approach about feminism in sexual education groups can contribute to a broader, more reflexive and critical comprehension about sexuality and gender relations.

Keywords: Feminisms; sexuality; gender; sexual education.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:

